

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

4ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2025 - Ordinária

Data: 28 de agosto de 2025

Horário: 09h

Local: Plataforma Teams *Microsoft*

Representantes do Plenário do CBH-AT presentes na reunião:

SEGMENTO ESTADO

Alessandro S. Oliveira	ARSESP
Gerson Salviano A	IPT
Gilson G. Guimarães	CETESB
Lilian Barrella Peres	CETESB
Luciana M. Ferreira	Instituto de Pesquisas Ambientais
David Rodrigues	Secretaria da Agricultura
Rubens José Mário Júnior	Secretaria da Saúde

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Rodolfo Marcondes	Salesópolis – PRESIDENTE
Eriane Justo Savoia	Santo André
Solange Wuol Franco	Suzano
Emerson Teruaki	Mogi das Cruzes
Fabiana Nogueira	Jandira
Rafael Moranga	Juquitiba
José Rogério Moreira Santana	Mauá
Joyce Lima Quintino	São Bernardo do Campo
José Eduardo Victorino	Mairiporã
Valterlino Gomes Versas	Caieiras
Fabiana Fernanda Marques	Carapicuíba
Luciane Régis Laraia Alegre	Cotia

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Amauri Pollachi	ONDAS - VICE-PRESIDENTE
Luiz Alberto de Almeida Souza	SINDAREIA
Renata Maria Pinto Moreira	UFABC
José Mairton Barreto	SINTAEMA
Alexandre Wagner	UMC
Jaqueline Bória	UNIFESP
Patrícia Goulart	AESABESP

36	Vanessa Lima Nunes Dias	SINDUSCONS-SP
37	Jordana Alca Barbosa Zola	IAB
38	Jorge Luiz Silva Rocco	CIESP SP
39	Fabiana Talarico	CIESP Alto Tietê
40	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
41	Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
42	Sueli Moroni da Silva	FIESP
43	Virgílio Alcides de Farias	MDV
44	Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga

45 **1. Abertura e Informes.** Hélio César Suleiman, Diretor-presidente FABHAT, iniciou a quarta
46 reunião plenária ordinária do ano de 2025 dando as boas-vindas e agradecendo a presença
47 de todos(as). Informou que o Secretário Executivo do Comitê, Anderson Esteves (SPÁguas),
48 não pode comparecer e iria Secretariar a reunião. Solicitou também inversão de pauta para a
49 Deliberação CBH-AT n° 205, que elege e empossa Amauri Pollachi como Vice-presidente do
50 CBH-AT para o mandato 2025-2027. Inversão de pauta aprovada. **2. Leitura, discussão e**
51 **votação do resumo executivo da 3ª Reunião Plenária de 2025, realizada em 28 de maio.**
52 **A Ata foi aprovada por unanimidade, após a dispensa da sua leitura. 3. Apresentação**
53 **da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental (DPFA) sobre os projetos FEHIDRO**
54 **em andamento.** Christiane Aparecida H. (Chefe do Departamento de Planejamento da
55 Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São
56 Paulo (SEMIL) apresentou. Em síntese, o empreendimento 2019-AT-COB-75 tem o objetivo
57 de ampliar o uso de tecnologia na fiscalização por meio de imagens de satélite verificando
58 possíveis áreas críticas que demandam ações de fiscalização. Inclui a contratação de serviços
59 para fornecimento das imagens e treinamento para interpretação das imagens para as
60 prefeituras. Prevê para a próxima aquisição, computadores para a fiscalização e aquisição de
61 mini servidor. O empreendimento 2019-AT-COB-93, com objetivo de fortalecer as ações de
62 fiscalização conjunta por meio do aparelhamento das equipes para aplicação de penalidades
63 de demolição teve, entre as ações previstas, a ata de preço para contratação de serviços de
64 demolição e destinação de resíduos, bem como a contratação de serviço de apoio
65 administrativo. Contudo, apenas o apoio administrativo foi contratado por um período de
66 quatro meses. O projeto não prosperou devido à falta da ata de registro de preços, motivo
67 pelo qual a próxima etapa será a devolução dos recursos e a finalização do projeto. Quanto
68 ao empreendimento 2020-AT-COB-134, que estrutura os Grupos de Fiscalização Integrada
69 (GFIs), a maioria das ações foram realizadas. Foram executadas a contratação da equipe de
70 monitoramento remoto, tutorias e capacitações, a elaboração dos planos de monitoramento e
71 fiscalização; sobrevoo de helicóptero para vistoria; confecção de placas de sinalização; e
72 convênios com 25 municípios. Adicionalmente, foram entregues equipamentos aos
73 integrantes do GFI, incluindo Polícia Militar, CETESB e municípios, como computadores,
74 viaturas, tablets e drones. Realizaram também oficinas de planejamento e gestão, que
75 resultaram nos planos de monitoramento com metas e matrizes de responsabilidade, além de
76 treinamentos práticos de drone e capacitação. Em seguida, apresentou mapa das ações
77 realizadas desde 2021 até 2025, mostrando no Alto Tietê Cabeceiras com 59 ações; Billings:

78 51 ações; e Alto Juqueri: 32 ações. E como próximas etapas, a entrega das placas de
79 sinalização informativas, com o mesmo layout do Consórcio do Grande ABC. Aberta a palavra
80 ao plenário, Virgílio Alcides de Farias (MDV - Movimento em Defesa da Vida) elogiou o
81 instrumento de fiscalização integrada, embora tenha começado bastante atrasado. Levantou
82 questões sobre o saneamento destacando que a Lei prevê que a fiscalização seja além de
83 desmatamento e ocupação do solo. As águas de Classe I e II na Billings e em outros
84 reservatórios, prioritárias para abastecimento público, não podem receber esgoto, mas
85 denunciou o lançamento direto de esgoto sem tratamento pela SABESP, o que configura
86 grave infração e solicitou que a fiscalização integrada inclua a verificação dos córregos quanto
87 ao recebimento de esgoto sem tratamento, por qualquer que seja a empresa de saneamento.
88 Amauri Pollachi (ONDAS) parabenizou a condução dos projetos de estruturação dos GFIs.
89 Expressou uma dúvida sobre o encerramento do segundo projeto sem a inclusão plena de
90 suas ações. Questionou se há alguma ação prevista para substituir o que não foi executado
91 e qual o impacto sobre o trabalho planejado dos GFIs. Christiane reconheceu que o
92 encerramento do segundo projeto, referente ao desfazimento, tem um impacto muito grande
93 para o trabalho, pois a principal preocupação nas ações de fiscalização é a questão do
94 desfazimento e os municípios não possuem maquinário disponível. Andreia Aparecida
95 complementou, informando que o empreendimento não progrediu porque foi incluída uma ata
96 de limpeza predial que não atendia ao projeto, mas a pessoa responsável pelo projeto tirou
97 uma licença de dois anos e o projeto parou. Explicou que a falta de uma ata de registro de
98 preços que atendessem à demolição e retirada de resíduos sólidos com maquinário impediu a
99 continuidade. A ata atual permite apenas demolição manual, o que não atende às
100 necessidades. Além disso, o projeto previa apenas 25 demolições, número insuficiente para
101 a realidade atual de 8 a 12 demolições por ação. A intenção é reformular o empreendimento
102 e conversar com a área de engenharia da SEMIL para incluir a parte de maquinário ou permitir
103 que os GFIs tenham sua própria ata específica. O Diretor-presidente colocou a FABHAT à
104 disposição para trabalhar em conjunto e verificar essa questão buscando a melhor alternativa
105 para que o projeto não seja interrompido e o trabalho prossiga. **4. Deliberação CBH-AT nº**
106 **205, de 30 de junho de 2025 - Ad Referendum - Elege e empossa o novo Vice-presidente**
107 **do CBH-AT para o mandato 2025-2027. Deliberação aprovada por unanimidade**
108 **elegendo e empossando Amauri Pollachi para a Vice-presidência do CBH-AT.** O Diretor-
109 presidente da FABHAT explicou que após a saída da Melissa Cristina Pereira Graciosa
110 (UFABC), devido a mesma ter assumido novos compromissos e desafios, foi elaborada a
111 Deliberação no formato *Ad referendum*. Em atendimento ao Estatuto do CBH-AT, o segmento
112 da Sociedade Civil se reuniu em 12 de junho de 2025, em uma reunião onde foi abordado este
113 tema, e novamente reuniram-se em 27 do mesmo mês, onde foi aprovado pelo segmento a
114 indicação do Amauri, para o cargo de Vice-presidente para o mandato 2025/27. Amauri
115 agradeceu a confiança dos companheiros e companheiras da Sociedade civil e reafirmou seu
116 compromisso em representar o segmento na mesa diretora do Comitê. Elogiou o crescimento
117 e o desempenho da FABHAT e expressou seu empenho em trabalhar para aprimorar a
118 governança dos recursos hídricos no Alto Tietê. O Diretor-presidente deu as boas-vindas,
119 expressando o prazer em trabalhar com ele e a convicção de que a diretoria se beneficiaria.
120 Em nome da FABHAT, agradeceu todo o apoio de Amauri e comunicou que a Fundação

estava extremamente satisfeita com o trabalho realizado, especialmente em relação à indicação e aprimoramento de projetos, atingindo um índice de contratos assinados de quase 100%. Agradeceu o empenho do Comitê, da Fundação, dos colaboradores e dos membros da Câmara Técnica, ressaltando o esforço para levar o trabalho conjunto e participativo e para a sociedade. O Vice-presidente agradeceu a todos e pela confiança em seu trabalho. Em seguida apresentou, leu e solicitou constar em Ata (anexo) a Manifestação da Sociedade civil, abordando a degradação sistemática dos mananciais e águas na Bacia e que solicita a atuação dos órgãos responsáveis, tanto da SABESP, como da CETESB, ARSESP e SP-Águas para que a concessionária seja responsabilizada e para que as políticas de saneamento e gestão de recursos hídricos sejam fiscalizadas e reguladas conforme a legislação. Dizendo inclusive “com a SABESP, sabemos que o relacionamento direto se extinguiu com a privatização. Portanto, como Comitê, enquanto órgão de planejamento e gestão, precisamos que estes organismos atuem conforme suas disposições e a legislação de recursos hídricos.” O Diretor-presidente da FABHAT expressou o objetivo primordial de estar aberto ao diálogo e às proposições, a fim de construir um cenário confortável inclusive para discutir ações em uma possível crise hídrica. Destacou a importância de que o Comitê se manifeste e para tomar conhecimento se há um plano de contingência. A Câmara técnica de monitoramento poderia servir de suporte para os diálogos com a ARSESP, CETESB e SP-Águas e comprometeu-se a realizar a articulação com essas entidades para um trabalho conjunto. Alessandro Silva (ARSESP) colocou-se à disposição para levar as informações da Manifestação e solicitou acesso ao documento para agilizar os encaminhamentos necessários para auxiliar o Comitê. Informou, ainda, que a ARSESP havia acompanhado de perto e participado da construção do plano de contingência divulgado, o qual envolveu intensa discussão com a SP-Águas e a SABESP, além da análise de modelos. Ressaltou que, se não tivessem sido tomadas atitudes naquele momento, os mananciais estariam críticos dentro do período de um ano, como ocorrera em crises anteriores, em 2021 e 2015. Reiterou que a ARSESP se preocupa com a demanda e considera a aproximação entre saneamento e recursos hídricos, de suma importância. Renata Maria Pinto Moreira (UFABC) manifestou, como participante da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, que a ARSESP tem acompanhado as reuniões. Salientou que, embora seja uma participação relativamente nova, seria fundamental uma construção conjunta, possibilitando alcançar o melhor dos cenários, evitando sobreposição de atribuições e resguardando o papel do Comitê na preservação dos recursos hídricos. Finalizou reforçando que enxerga a iniciativa como um grande desafio, por configurar um novo arranjo institucional e apoiou a Manifestação com o processo de construção apresentado. Na sequência, o Presidente Rodolfo Marcondes (P.M de Salesópolis) comunicou que precisava se retirar para compromissos do Poder Executivo municipal e desejou excelente reunião a todos. Virgílio comentou sobre as preocupações com o nível de água nos reservatórios, alertando que a substituição de áreas verdes por expansão urbana gera esgoto e lixo, poluindo mananciais e reduzindo a capacidade de armazenamento. Solicitou que a questão fosse tratada como prioridade pelo GFI, destacando que o grupo possui poder de polícia administrativa e competência para aplicar multas. Pede à Christiane que incluísse a discussão no grupo do GFI, que a poluição de cursos d'água fosse enquadrada como crime ambiental e severamente punida. Endossou a Manifestação apresentada pelo

Vice-presidente. O Diretor-presidente da FABHAT agradeceu e acrescentou que todas as colocações convergem para um diálogo aberto e construtivo, como salientado anteriormente por Renata. **5. Deliberação CBH-AT nº 206, de 28 de agosto de 2025 - Revoga a Deliberação CBHAT nº 189, de 26 de setembro 2024, que aprova a assunção das funções de Secretaria Executiva do CBH-BS por parte da FABHAT. Deliberação aprovada por unanimidade.** O Diretor-presidente da FABHAT explicou que em setembro de 2024 o Comitê apresentou proposta de ampliação da atuação da Fundação Agência de Bacia, mas enfrentou imprevistos e desalinhamentos. Apesar da aprovação de um termo de cooperação e plano de trabalho para a FABHAT atuar no Comitê da Baixada Santista, o processo foi interrompido. Mantiveram a Deliberação e as bases do arcabouço jurídico, mas não obtiveram retorno dos responsáveis pela assinatura do Termo de Cooperação. O parecer era inicialmente favorável da Coordenadoria Jurídica, mas foi revogado sob alegação de inadequação, que acabou gerando insegurança jurídica. Decidiram por retirar a proposta e revogar a Deliberação anterior, aguardando novos desdobramentos. **6. Deliberação CBH-AT nº 207, de 28 de agosto de 2025 - Aprova o Parecer Técnico referente à Nova Marginal Pinheiros - Oeste, no município de São Paulo. Deliberação aprovada com abstenção da representante Vanessa Lima Nunes Dias (SindusCon-SP).** Asafe Madai (FABHAT) apresentou. Em síntese, o empreendimento Nova Marginal Pinheiros, trata da rodovia localizada na margem oeste do rio Jurubatuba que inclui algumas pontes, destacando que o parecer já havia sido apreciado em plenária anterior, mas foi retirado de pauta diante dos questionamentos e necessidade de reanálise. Após nova convocação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, com a presença do empreendedor, todas as dúvidas foram sanadas, resultando na inclusão de um capítulo de conclusões e aprovação do parecer. A Câmara Técnica já vem analisando o estudo de impacto ambiental e o projeto atualizados, além do que o tema já foi amplamente discutido e o parecer encaminhado previamente, mas o licenciamento é de competência municipal, conduzido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Virgílio solicitou a inclusão de uma nova recomendação para avaliar o estudo de impacto da chuva ácida gerada pela queima de combustíveis fósseis devido ao tráfego de veículos automotores nos mananciais e prejuízos para a saúde pública. A sugestão foi considerada como recomendação adicional e posteriormente deverá ser elaborada a inclusão com a forma mais adequada de redação. **7. Deliberação CBH-AT nº 208, de 28 de agosto de 2025 - Dispõe sobre os procedimentos do CBH-AT para manifestação sobre empreendimentos de impacto nos recursos hídricos. Deliberação aprovada por unanimidade.** Asafe apresentou, explicando que se fez necessária para padronizar o procedimento de análise para manifestação além da reestruturação da Câmara Técnica CTPA para CTPG, onde estabelece revisões de procedimentos bem como modelo de estrutura de parecer técnico importante para análises de EIA/RIMAs. Érica Fontes (OAB) sugeriu a inclusão de um artigo na deliberação que estabelecesse a obrigatoriedade da publicidade prévia de toda a documentação técnica pertinente no site eletrônico do Comitê, com antecedência mínima, semelhante ao rito do CONSEMA. Beatriz Silva Gonçalves Vilera (Diretora Técnica da FABHAT) considerou que não seria na Deliberação específica em tela, mas seria um procedimento geral da Secretaria Executiva do Comitê para todas as minutas e documentos analisados pelo Comitê. Érica expressou a preocupação de que, sem constar na

207 Deliberação, a medida não teria caráter normativo, sendo apenas uma recomendação.
208 Jordana Alca Barbosa Zola (IAB) pediu a palavra para parabenizar a equipe pela estruturação
209 do parecer e por contribuir com o aprimoramento por meio de suas análises. Após os debates
210 foi encaminhado no sentido da ampliação da transparência dos atos do Comitê, sendo função
211 da Secretaria Executiva do Comitê providenciar a divulgação ampla e prévia de todas as
212 minutas de Deliberação juntamente com toda a documentação pertinente através do site do
213 Comitê. O Vice-presidente agradeceu a contribuição, representando mais um significativo
214 crescimento no patamar de transparência e divulgação do Comitê. **8. Deliberação CBH-AT**
215 **nº 209, de 28 de agosto de 2025 - Aprova a indicação de empreendimentos com**
216 **financiamento dos recursos do FEHIDRO de 2025, em segunda chamada. Deliberação**
217 **aprovada por unanimidade.** Beatriz Silva Gonçalves Vilerá (Diretora Técnica da FABHAT)
218 apresentou. Em síntese, agradeceu, nomeando imensamente todos que participaram dos
219 trabalhos.. O trabalho foi grande e exaustivo para os representantes das Câmaras Técnicas
220 e para a equipe da FABHAT, que inclusive auxiliou com os Termos de Referência e também
221 foram disponibilizados para apoiar os tomadores dos projetos devidamente enquadrados nas
222 ações financiáveis pelo FEHIDRO. Receberam na segunda chamada 37 projetos que
223 totalizaram aproximadamente R\$162 milhões. Em uma primeira análise, 14 projetos foram
224 inabilitados. Solicitaram complementações para 22 projetos somando cerca de R\$137 milhões
225 e 1 projeto foi retirado pelo tomador. Após as complementações, 14 projetos foram habilitados,
226 totalizando R\$100 milhões e 8 foram inabilitados. Do total de projetos da segunda chamada,
227 R\$100 milhões aproximadamente foram habilitados. A apresentação detalhada dos motivos
228 das inabilitações foi realizada nas Câmaras técnicas. As Câmaras técnicas e a FABHAT se
229 disponibilizaram para apoiar tomadores de projetos na próxima chamada para 2026, inclusive
230 auxiliando na elaboração do Termo de referência. Na sequência, apresentou para a plenária
231 os projetos habilitados. A disponibilidade de recursos do Comitê resultou em um saldo de
232 aproximadamente R\$2,4 milhões. Considerando a primeira e segunda chamada e os recursos
233 da cobrança, o Comitê indicou aproximadamente 61% dos recursos em 2025 para projetos
234 que beneficiam as áreas de proteção e recuperação de mananciais. Portanto, atenderam os
235 requisitos da legislação. Os membros da plenária reconheceram os esforços dos trabalhos da
236 equipe FABHAT, registrando os agradecimentos por sua dedicação e suporte aos projetos,
237 incluindo o Vice-presidente, Gerson Salviano e Virgílio, que enfatizam a importância do
238 trabalho da FABHAT e dos Coordenadores da CTGI, Camila, Laura e Natacha, na efetiva
239 aplicação de recursos financeiros. Gerson (IPT) reconheceu que o papel da FABHAT é mais
240 do que apenas suporte, atuando ativamente na análise dos projetos. Natacha Nakamura (P.
241 M de Suzano), agradeceu e reforçou o empenho da FABHAT para avaliação e aprovação dos
242 projetos FEHIDRO e que a CTGI realizou um trabalho contínuo de capacitação de analistas
243 e tomadores para aprimorar os projetos. Romildo de Pinho Campello (Secretário da Habitação
244 de Mogi das) cumprimentou a recondução do Vice-presidente e a equipe da FABHAT, em
245 nome de Beatriz, declarando estar muito feliz com a utilização dos recursos do Comitê em
246 prol da bacia, ressaltando o rigor técnico, o compromisso e a condução dos trabalhos com a
247 plena utilização dos recursos. **9. Deliberação CBH-AT nº 210, de 28 de agosto de 2025 -**
248 **Aprova os planos de trabalho das Câmaras Técnicas e do Subcomitê Juqueri Cantareira**
249 **do CBH-AT na gestão 2025-2027. Deliberação aprovada por unanimidade.** Valburg de

250 Sousa Santos Junior (Assessor Técnico FABHAT) apresentou. Em síntese, apenas o
251 Subcomitê Juqueri Cantareira foi contemplado por ter concluído suas discussões a tempo de
252 encaminhamento à plenária, mas futuras deliberações serão promovidas para os demais
253 Subcomitês. A Deliberação foi composta por sete anexos e exemplificou que a Câmara
254 Técnica de Planejamento e Gestão estabeleceu seis atividades incluindo acompanhamento
255 de ações setoriais de mudanças climáticas e compatibilização de planos de bacia para a
256 vertente do Tietê; que a Câmara Técnica de Investimentos definiu sete atividades com
257 estabelecimento de critérios de hierarquização para o acesso aos recursos do FEHIDRO; que
258 a Câmara Técnica de Educação Ambiental definiu oito atividades com acompanhamento do
259 programa de educação ambiental tomador pelo FEHIDRO. A Câmara Técnica de
260 Monitoramento Hidrológico ajustou seu plano para indicar a instituição executora e incluiu o
261 acompanhamento da outorga do Cantareira; que a Câmara de Águas Subterrâneas
262 estabeleceu seis ações destacando os estudos hidrogeológicos em Jurubatuba com
263 conclusão prevista para dezembro deste ano e a elaboração de minuta de deliberação para
264 novo modelo de gestão; que a Câmara Técnica de Mananciais elencou diversas ações,
265 incluindo acompanhamento da tramitação da minuta de anteprojeto de lei das bacias do
266 Guaió, Cabuçu, Tanque Grande. O Subcomitê Juqueri Cantareira definiu onze atividades,
267 entre as quais, a promoção da articulação com órgãos de fiscalização integrada com a
268 divulgação dos relatórios técnicos. Solange Wuol Franco (P. M. de Suzano) disse sobre a
269 importância da colaboração com os trabalhos do Comitê, sendo capaz de promover com
270 avanço e eficácia os trabalhos e que a utilização dos recursos do Comitê é resultado direto
271 desse apoio técnico. Com isso cada vez mais o Comitê tem se destacado no gerenciamento
272 dos recursos hídricos. E por fim, cumprimentou o retorno de Amauri na Vice-Presidência do
273 Comitê. Bonfílio Alves Ferreira (Instituto de Pesquisa em Ecologia Humana - IPEH) saudou a
274 todos e expressou sua alegria com o Comitê realizar um trabalho que possibilitava a
275 disponibilização de recursos para projetos muito relevantes. Mencionou que a SABESP
276 comunicou a implementação de manobras de economia de água e reforçou a importância do
277 papel da Sociedade civil com as questões do abastecimento. Pontuou como desafio para o
278 Comitê voltar a implementar o programa PURA-Programa de Uso Racional da Água e
279 incentivar o reúso de água, temas que enfrentavam dificuldades e precisavam ser retomados
280 com força no Comitê, nos Subcomitês e nas Câmaras Técnicas. Ressaltou a necessidade de
281 se pensar em um plano de contingência devido ao encurtamento do ciclo de escassez.
282 Compartilhou que se preocupava com a informação sobre uma obra de transposição de bacia,
283 após uma luta de 45 anos para preservar o rio Juqueri e suas nascentes. O projeto propunha
284 transposição para suprir a demanda de outras cidades. A discussão central era como realizar
285 essa transferência entre bacias diante do crescimento da demanda, que havia aumentado
286 27% em Jundiaí. Sugeriu então, debates no Comitê e em suas instâncias para encontrar
287 compensações e garantir a segurança hídrica para todos, defendendo inclusive, que a
288 captação de água para os municípios da região do Subcomitê naquela região metropolitana,
289 fosse feita diretamente no reservatório do Juqueri, reformando as estruturas da SABESP, para
290 evitar o gasto elevado de energia e com a volta em cerca de 60 km. Mário César Lopes
291 (Secretaria da Saúde - Subcomitê Juqueri Cantareira) ressaltou a importância dos pequenos
292 mananciais e na bacia Juqueri Cantareira citou o ribeirão dos Cristais, que abastecia 60 mil

293 pessoas em Cajamar e, da compatibilização dos Planos diretores municipais com a Lei
294 Metropolitana de Mananciais. Destacando que apenas Mairiporã havia compatibilizado seu
295 plano diretor. Restam os desafios para os planos de Franco da Rocha e Caieiras, cujas
296 alterações poderiam afetar a segurança da elevatória do sistema Cantareira. Relatou que,
297 com o olhar vigilante dos técnicos, constatou-se uma alteração não comunicada no plano
298 diretor de Mairiporã, que havia sido oficiado pelo presidente do comitê do Alto Tietê. Mairiporã
299 reconheceu o fato e comprometeu-se com a compatibilidade, registrando o compromisso por
300 escrito. Agradeceu a todos os atores envolvidos e indicou-se que a sequência seria
301 aprofundar a discussão na Câmara Técnica de Mananciais. Descreveu o trabalho do
302 Subcomitê expressando orgulho pelo Subcomitê Juqueri Cantareira ser pioneiro e destacar-
303 se na proposição de ideias e trabalhos efetivos. Renata Moreira complementou sobre a
304 questão da transposição. Compreendeu que se tratava de um uso emergencial e uma
305 necessidade real na bacia Jundiaí, mas considerou complicado a repetição da situação.
306 Reiterou que o tempo das informações definia a qualidade do diálogo, destacando que a
307 discussão da transposição surgiu de forma inesperada enquanto se discutia a outorga do
308 Cantareira, sem a participação da Câmara de Monitoramento Hidrológico. Reafirmou a
309 necessidade de recolocar o tema em debate e que na reunião da Câmara de Monitoramento
310 Hidrológico, houve a informação sobre a construção de um protocolo do Estado, que definia
311 procedimentos, mas que não havia sido compartilhado com o Comitê, nem havia definido
312 limiares a serem acionados para cada ação. Solicitou que providenciem o compartilhamento
313 para o conhecimento do Comitê e não apenas na Câmara de Monitoramento Hidrológico,
314 discutindo os próximos passos para a construção de um protocolo específico para a bacia do
315 Alto Tietê. O Diretor-presidente reiterou que precisavam alinhar os tempos corretos do diálogo
316 e, assumiu o compromisso de articulação. Bianca Forti parabenizou a eleição do Vice-
317 presidente Amauri e manifestou preocupação com a liberação de recursos no valor de R\$ 32
318 milhões do FEHIDRO para o município de Mairiporã. Apontou sobre a alteração de
319 zoneamento, sem recompatibilização ou comunicação, que ocorreu concomitantemente à
320 aprovação do projeto, localizado em áreas de mananciais. Questionou a realização do Estudo
321 de Impacto de Vizinhança-EIV em Mairiporã, considerando a vacância do Conselho das
322 cidades, e solicitou mais rigor nas liberações de altos valores. O Diretor-presidente justificou
323 que a FABHAT não era responsável pela liberação dos recursos, e sim o Comitê, pela
324 competência delegada aos analistas após análises criteriosas. Virgílio sugeriu que os projetos
325 sejam primeiro discutidos e alinhados em seus Subcomitês e aprovados ad referendum,
326 conforme comenta já há tempos, antes de serem enviados ao Comitê, evitando assim os
327 desalinhamentos. Gerson Salviano afirmou sobre a seriedade dos analistas,
328 independentemente do valor do projeto e que as reuniões de análise eram públicas permitindo
329 a expressão de opiniões e que as dúvidas das Câmaras técnicas eram registradas para
330 discussão posterior. Bianca reiterou que sua fala não era uma crítica aos analistas, mas um
331 pedido de aprofundamento no modo operante. Que já foi analista de projeto FEHIDRO e
332 compreendia bem todo o processo. Enfatizou a necessidade de um olhar mais crítico para as
333 alterações nos projetos focando na proteção dos mananciais e recursos hídricos e na
334 compatibilização de licenciamentos municipalizados. Por isso apontou para a questão
335 ocorrida como exemplo para que se tivesse cuidado em futuras análises reforçando que seu

336 objetivo era melhorar os processos de licenciamento dos projetos e não criticar o trabalho
337 voluntário dos analistas. **10. Deliberação CBH-AT nº 211, de 28 de agosto de 2025 - Aprova**
338 **a inclusão do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana no Cadastro Permanente do**
339 **CBH-AT e participação na gestão 2025-2027. Deliberação aprovada por unanimidade.**
340 Ana Sedlacek (Assessora da Presidência FABHAT) apresentou. Em síntese, a Deliberação
341 prevê o preenchimento de vagas remanescentes no Comitê após o processo eleitoral. O
342 Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana-IPEH enviou a documentação necessária e que
343 após análise da Secretaria executiva, foi aprovada. Conforme a sua categoria, o IPEH foi
344 aprovado para ocupar as vagas de suplentes no plenário do Comitê e também no Subcomitê
345 Juqueri Cantareira para o biênio 2025-2027. **11. Outros assuntos e 12. Encerramento.**
346 Bonfílio convidou a todos para o evento "COP Juca Vivo" a ser realizado na semana da COP
347 e que tem como objetivo apresentar a trajetória do Subcomitê e da bacia do Juqueri Cantareira
348 na implementação de medidas de resiliência, adaptação e mitigação às mudanças climáticas,
349 com a mobilização contínua que gerou milhões em investimentos e contou com a participação
350 dos municípios da região, SABESP, DAEE, da Sociedade civil, e o apoio inicial do FEHIDRO.
351 Hélio solicitou que entrasse em contato com a FABHAT para prepara e divulgar o evento.
352 Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO-SP) expressou sua gratidão e respeito pelos trabalhos
353 do Comitê e de todas as suas instâncias, elogiando o tratamento respeitoso de assuntos
354 sensíveis e saudando o retorno do Vice-presidente. Sugeriu que o Comitê, especialmente a
355 Câmara técnica de águas subterrâneas, analise contribuições para o documento que
356 SPÁguas que está revisando e consolidando para normas e regulamentos de outorga,
357 conduzindo diálogos setoriais e recebendo sugestões em consulta pública. O trabalho visa
358 consolidar as normas de outorga de recursos hídricos e suas interferências. O Diretor-
359 presidente da FABHAT comunicou que a FABHAT foi sondada pela organização internacional
360 Global River Guardians Alliance para trabalhar em conjunto em função do plano regional de
361 resíduos sólidos elaborado pelo Comitê, acabando de receber informação de convite do
362 Ministério do Meio Ambiente para uma discussão e ressaltou que as iniciativas, os
363 aprendizados e as construções realizadas no plenário haviam gerado resultados externos e
364 parabenizou os participantes que acompanharam o Plano registrando que o Plano vinha
365 sendo observado fora do país também. Mário César informou sobre o evento pela Secretaria
366 de Saúde, Seminário "Água e Saúde", apresentando a experiência de proteção dos
367 mananciais da região com o apoio prático do projeto PIPA e relatou ainda que o projeto,
368 financiado pelo FEHIDRO, impediu na prática um desastre próximo ao ribeirão dos Cristais,
369 ao conter vazamento de 30.000 litros de gasolina e 600 litros de óleo diesel em área de 120
370 metros, tendo a SABESP sido informada a tempo; registrou que o projeto foi testado e
371 aprovado e que será exposto também no Encontro Nacional de Comitês de Bacia. Realçou a
372 proposta de Virgílio para impulsionar os projetos FEHIDRO com os Subcomitês e que o
373 Juqueri Cantareira tem demonstrado resultados concretos. O Vice-presidente Amauri Pollachi
374 parabenizou as equipes e os proponentes pelos projetos aprovados além dos trabalhos do
375 Comitê e todas as suas instâncias, utilizando quase 100% dos recursos FEHIDRO disponíveis
376 para a bacia e as subbacias. Agradeceu a disponibilidade de Alessandro (ARSESP) para
377 mediar relações. Cumprida a Ordem do dia e, não havendo mais assuntos a serem tratados,
378 a reunião foi encerrada. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de

379 inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan G. e revisada pela Secretaria Executiva do
380 CBH-AT.

381 **ANEXO DA ATA**

382 **MANIFESTAÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA DO CBH-AT**

383 **DEGRADAÇÃO E DESCASO SISTEMÁTICOS AOS MANANCIAIS E ÁGUAS DA BACIA**
384 **HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ**

385 **Introdução**

386 O CBH-AT é o órgão colegiado de planejamento e gestão dos recursos hídricos da BAT,
387 atribuição legal reafirmada em todas as leis específicas de APRMs vigentes.

388 Nos decretos regulamentadores das leis de mananciais são especificadas as atribuições do
389 órgão colegiado, leia-se, CBH-AT.

390 Destacamos aqui algumas atribuições que, de algum modo, são pertinentes ao tema da
391 degradação de nossos recursos hídricos:

392 • recomendar diretrizes para as políticas setoriais dos organismos e entidades que
393 atuam nas APRMs, promovendo a integração e a otimização das suas ações, objetivando a
394 adequação à lei e ao PDPA;

395 • recomendar alterações em políticas, ações, planos e projetos setoriais, em curso ou a
396 serem implantados nas APRMs, de acordo com o preconizado na Lei e no PDPA;

397 • propor critérios e programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros
398 em serviços e obras de interesse para a gestão das APRMs;

399 • promover a participação das partes interessadas e a ampla divulgação da situação e
400 das tendências da gestão dos recursos hídricos e das APRMs.

401 Na legislação de recursos hídricos e de mananciais também se reafirma o papel dos órgãos
402 e entidades das administrações públicas estadual e municipal no licenciamento, fiscalização,
403 monitoramento ambiental e nas atividades de planejamento, gestão, uso e ocupação do solo,
404 controle e fiscalização de proteção dos recursos hídricos de interesse das APRMs. Estes
405 órgãos compõem a representação do colegiado em participações variadas nas Câmaras
406 Técnicas.

407 A presente manifestação visa apontar fatos que demonstram a degradação sistemática dos
408 recursos hídricos da BAT frente aos novos arranjos de prestação de serviços de saneamento
409 que se encontram em curso atualmente.

410 **Fatos:**

411 No novo contexto de prestação de serviços, o comportamento da Sabesp, após a sua
412 privatização, tem causado um sistemático processo de degradação aos recursos hídricos da
413 BAT, bem como de desrespeito às atribuições do CBH-AT e de suas instâncias. Relacionamos
414 alguns:

415 • Em maio e junho de 2025, foi constatado o lançamento deliberado no Rio Tietê, junto
416 à foz do Córrego Mandaqui, dos esgotos gerados por cerca de 2 milhões de pessoas da Zona
417 Norte da Capital, utilizado pela concessionária como a alternativa mais simples e de menor
418 custo para realizar a recuperação em um interceptor danificado;

419 • Em julho e agosto de 2025, foi constatado o lançamento de boa parte dos esgotos
420 gerados por mais de 3 milhões de pessoas da Zona Oeste e Sul da Capital diretamente no
421 Rio Pinheiros, em razão da falha de 3 de 6 conjuntos motobombas da Estação Elevatória de
422 Pinheiros, em que há 4 motobombas operacionais e 2 reservas;

423 • Em abril e maio de 2025, foi constatado o lançamento de cerca de 200 L/s de esgotos
424 diretamente na represa Guarapiranga, por não funcionamento da Elevatória Riviera;

425 • Constatação de inúmeras estações elevatórias de esgotos desativadas ou
426 parcialmente operacionais, com lançamento de esgotos diretamente nos reservatórios
427 Guarapiranga e Billings;

428 • Constatação de ausência de desobstrução e manutenção em sistemas coletores de
429 esgotos de áreas de mananciais que levam ao despejo de efluentes diretamente aos
430 reservatórios Guarapiranga e Billings;

431 • Recusa sistemática da concessionária Sabesp de atendimento a convites de
432 subcomitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho para compartilhamento de informações e
433 esclarecimentos sobre planos e ações pertinentes à política pública de saneamento (água e
434 esgoto);

435 • Recusa de esclarecimentos por parte da concessionária para tomada de subsídios
436 pelo Grupo de Trabalho sobre a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira;

437 • Ausência de rotinas sistemáticas de informações e prestação de esclarecimentos por
438 parte da concessionária e dos órgãos reguladores pertinentes à situação hídrica dos
439 mananciais de abastecimento, bem como da evolução da produção e do consumo de água
440 tratada.

441 Nossas demandas:

442 Entendemos que os fatos aqui elencados e descritos têm sido sistemáticos e tendem a se
443 ampliar, e que tal situação é inadmissível. Se o prestador de serviços de uma POLÍTICA
444 PÚBLICA ESSENCIAL PARA PRESERVAR E RECUPERAR OS RECURSOS HÍDRICOS DA
445 BAT não facilita o acesso à informação quanto ao atendimento dos parâmetros quantitativos

446 e qualitativos dos serviços prestados, cujo atendimento, tampouco demonstra qualquer
447 interesse em compartilhar informações, é fundamental que os órgãos da administração
448 pública estadual que atuam, no controle e monitoramento ambiental, na regulação e na
449 fiscalização da prestação dos serviços da POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO, na
450 GESTÃO E USO DOS RECURSOS HÍDRICOS, e que possuem assento neste Comitê, QUE
451 ATUEM CONFORME A LEGISLAÇÃO. Sendo assim, solicitamos que:

452 • A Cetesb, como órgão de controle e monitoramento da qualidade das águas da BAT,
453 atue para que a Sabesp seja responsabilizada nos termos da lei em razão dos lançamentos
454 de esgotos in natura; bem como informe ao CBH-AT as providências adotadas nos casos aqui
455 citados.

456 • A Arsesp, como órgão que regula e fiscaliza a prestação dos serviços de saneamento,
457 deve reconhecer as Câmaras Técnicas e Subcomitês do CBHAT, acompanhar suas
458 demandas e abrir canais de diálogo institucionais, a fim de se atualizar sobre as implicações
459 da prestação dos serviços por ela regulados nos recursos hídricos;

460 • A Arsesp, como órgão que regula os serviços da concessionária Sabesp, atue para
461 que essa empresa:

462 o Atenda aos convites do CBH-AT à participação em reuniões, responder às demandas
463 por informações de suas diversas instâncias, apresentando informações e esclarecimentos
464 que se façam necessários para o exercício das atribuições deste Comitê;

465 o Fiscalize a qualidade da prestação de serviços, especialmente de esgotos, para evitar
466 a sistemática agressão aos rios, córregos e reservatórios da BAT em razão da má qualidade
467 da operação e/ou da manutenção dos sistemas de esgotos (coleta, transporte e tratamento);

468 o Abra canal de diálogo a fim de participar e construir com este Comitê parâmetros de
469 regulação de serviços de saneamento efetivos e eficazes, que permitam acompanhar a
470 prestação não só em termos quantitativos (índices de cobertura), como em termos de sua
471 qualidade e espacialização diferencial na bacia, a fim de identificar territórios melhor e pior
472 servidos.

473 • A SPÁguas, como Agência responsável pela fiscalização, controle, regulação, gestão
474 e uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, conforme atribuições previstas na Lei
475 Complementar nº 1.413, de 23/09/2024, indicadas a seguir, que atue ao:

476 o promover, controlar, fiscalizar e regular as outorgas do direito de uso de recursos
477 hídricos - e esclarecer como tais ações se efetivam em relação à concessionária Sabesp, nos
478 casos pontuais mencionados e na dimensão sistemática da atual prestação de serviços;

479 o promover a segurança hídrica no território da BAT informando ao Comitê as medidas
480 de gestão para o contexto de escassez hídrica que se anuncia.